

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 514.861 - TO (2019/0166348-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
MARIA DE LOURDES VILELA - TO000425  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : TIAGO DE CARVALHO VASCONCELOS (PRESO)

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PENAL. ART. 121, § 2.º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL. TESE DE *REFORMATIO IN PEJUS*. PLEITO DE EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO TORPE. NOVA SENTENÇA DE PRONÚNCIA ANTES DA PRESENTE IMPETRAÇÃO. PACIENTE PRONUNCIADO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. CARÊNCIA DE OBJETO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO DE CARVALHO VASCONCELOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, proferido na Recurso em Sentido Estrito n.º 0004326-15.2019.827.0000.

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau, em 13/05/2018, decretou a prisão preventiva do Paciente, em atendimento à representação da Autoridade Policial, para garantia da ordem pública. O Paciente se apresentou espontaneamente em 14/05/2018.

Em 26/05/2018, o Ministério Público Estadual ofertou denúncia imputando ao Paciente a prática dos crimes, ocorridos em 11/05/2018, de homicídio qualificado, capitulado no art. 121, § 2.º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Edelcley Oliveira Silva, e de tentativa de homicídio, previsto no art. 121, § 2.º, inciso IV, c.c. o art. 14, inciso II, do CP, quanto à vítima Janaína de Jesus Ribeiro.

O Juiz de primeiro grau pronunciou o Paciente pelos crimes capitulados nos arts. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, com relação à vítima Edelcley Oliveira Silva, e art. 121, § 2º, incisos II e IV, c.c. o art. 14, inciso II, também do Código Penal, quanto à ofendida Janaína de Jesus Ribeiro, mantida a segregação cautelar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, alegando nulidade da decisão de pronúncia em razão de inclusão da qualificadora do motivo torpe, a qual não foi descrita na denúncia.

O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso, para anular a decisão de pronúncia, ressaltando a possibilidade de *mutatio libelli*, caso o Ministério Público resolvesse aditar a denúncia, em acórdão assim ementado (fl. 71):

*"RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. DENÚNCIA POR HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVAS DE HOMICÍDIO QUALIFICADAS. DENÚNCIA QUE NARRA O CIÚME A MOTIVAR UM DOS RÉUS E APONTA A FUTILIDADE DESSE MOTIVO. DECISÃO QUE PRONUNCIA AMBOS OS RÉUS COM A INCLUSÃO DO MOTIVO TORPE DECORRENTE DE VINGANÇA NÃO TRATADA NA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DA DEVIDA MUTATIO LIBELLI. OFENSAS AOS PRINCÍPIOS DA CONGRUÊNCIA, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. DECISÃO ANULADA. DEMAIS TESES PREJUDICADAS. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS. 1- Não havendo qualquer descrição, ainda que implícita, na denúncia acerca do suposto motivo torpe consubstanciado em vingança, impossível é a sua inclusão na decisão de pronúncia, sob pena de ofensa aos princípios da congruência, do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual deve ser a decisão anulada, a fim de que seja permitido, após eventual aditamento pelo Ministério Público, o exercício do direito de defesa pelos réus. 2- Demais teses recursais que ficam prejudicadas. 3- Recursos em sentido estrito conhecidos e providos."*

No presente writ, a Defensoria Pública Impetrante aduz, em suma, que (fl. 7):

*"Ao dar provimento ao RESE a Egrégia 1ª Turma da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Tocantins extraiu consequências capazes de gerar maior prejuízo ao réu, do que se não tivesse recorrido."*

Afirma, para tanto, ilegalidade na decisão do Tribunal *a quo*, que *"ao invés de excluir a qualificadora de motivo fútil, conforme o pedido, determinou o retorno dos autos para o juiz verificar se haveria necessidade de mutatio libelli ou então que proferisse outra decisão em conformidade com a denúncia"* (fl. 10).

Busca, em liminar e no mérito, a concessão da ordem *"para excluir da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pronúncia a qualificadora do motivo torpe, em decorrência da violação a vedação de Reformatio in pejus, previsto no art. 617 do CPP" (fl. 17), e determinar que a Corte a quo analise as demais teses suscitadas no recurso em sentido estrito.*

Indeferi o pedido liminar às fls. 80-82.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 87-102 e 103-118, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 120-124, em parecer assim sumariado:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TENTATIVAS DE HOMICÍDIO QUALIFICADAS. PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ANULAÇÃO DA PRONÚNCIA. REFORMATIO IN PEJUS. MUTATIO LIBELLI EM SEGUNDO GRAU. NOVA DECISÃO DE PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR (UTILIDADE).*

*- Com a impetração, alega a Defensoria Pública que, com o julgamento do recurso em sentido estrito interposto pela defesa, houve violação frontal à vedação da reformatio in pejus e indevida determinação de mutatio libelli, razão por que pretende seja excluída da pronúncia do paciente a qualificadora relativa ao motivo torpe, prevista no inciso I, do §2º, do art. 121 do CP.*

*- Ainda que tenha o Tribunal de origem, em recurso exclusivo da defesa, ao anular a decisão recorrida, determinado fosse intimado o Ministério Público para aditamento da denúncia, não consta dos autos tenha tal procedimento sido efetivado pelo Juízo a quo. Conforme se observa da nova decisão, entendeu aquele Juízo monocrático atender aos princípios da economia e celeridade processuais de modo a evitar eventuais prejuízos à acusação e à defesa, procedendo, assim, à nova pronúncia, conforme determinado pelo Tribunal de Justiça. Considerou que os elementos probatórios presentes nos autos denotam que os crimes foram praticados mediante recurso que possivelmente dificultou a defesa das vítimas (CP, art. 121, §2º, IV), dadas as circunstâncias em que ocorridos os fatos (vítimas pegas de surpresa).*

*- Com efeito, não há utilidade na presente ação de habeas corpus, pois, poucos dias antes da sua impetração, foi proferida a nova decisão em que atendida a pretensão aqui buscada.*

*- Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus."*

É o relatório. Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

Como dito na decisão que indeferiu o pedido liminar, nos termos da jurisprudência esta Corte Superior de Justiça, as qualificadoras – como o motivo torpe –, só podem ser excluídas quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos, sob pena de invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.

Lembre-se que nada impede o Ministério Público de modificar a capitulação legal dos fatos nos termos do art. 384 do Código de Processo Penal, diante de prova existente nos autos, desde que oportunizada a manifestação prévia da Defesa antes do recebimento do aditamento da denúncia.

De todo modo, em que pese a Corte *a quo* ter aberto a possibilidade de *mutatio libelli*, consoante as informações prestadas, antes mesmo da impetração do presente *writ* substitutivo de recurso ordinário, o Juiz Presidente do Tribunal do Júri proferiu nova sentença de pronúncia, datada de 20/05/2019, na qual afastou a qualificadora do motivo torpe porque (fl. 100):

*"diversamente do que sustentado pelo Ministério Público, o móvel pelo qual praticados os referidos ilícitos penais não foi ciúmes, o que restou devidamente aclarado em sede de instrução processual, revelando-se manifestamente improcedente tal qualificadora."*

Desse modo, como o Paciente está pronunciado como incurso no crime de homicídio qualificado pelo recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, a impetração carece de objeto, pois busca excluir a qualificadora do motivo torpe, que sequer foi imputada ao Réu.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora